

Governo não vai mais negociar com parlamentaristas

BRASÍLIA — O bloco governista na Constituinte, liderado pelo deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), apresentará hoje uma emenda presidencialista ao projeto do relator Bernardo Cabral e não aceitará negociar com os grupos parlamentaristas uma fórmula única sobre o futuro sistema de governo.

"Há um determinado instante em que você deixa de acreditar no êxito de uma negociação" - disse Sant'Anna, ao falar da emenda patrocinada pelo Palácio do Planalto. Segundo ele, a divisão de poderes entre o presidente eleito e o primeiro-ministro é a questão-chave. "Nós não abrimos mão de uma coisa: o chefe de governo é o presidente da República" - disse.

Acrescentou que a insistência dos parlamentaristas na separação entre o chefe de Estado (o presidente) e o chefe de governo (o primeiro-ministro) tem apenas "uma função casuística, que é tirar os poderes de Sarney". A emenda será redigida por parlamentares do PMDB e PFL, e encabeçada pelo deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP).

Poderes — Por ela, segundo Sant'Anna, o presidente da República, eleito diretamente, é o chefe de Estado, chefe de governo e comandante das Forças Armadas. Não há a figura do primeiro-ministro, nem como auxiliar do presidente, nem o conselho de ministros. O presidente nomeia todos os ministros e tem poderes para expedir decretos-lei, embora só em casos excepcionais, como nos casos de matéria financeira e outros considerados "de interesse público relevante".

Grupo vai direto a Sarney

O grupo parlamentarista da Constituinte decidiu, por consenso, negociar diretamente com o presidente José Sarney a adoção desse sistema de governo, através de uma fórmula intermediária — a partir de emenda apresentada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) — a ser discutida também por todas as correntes partidárias. De sua parte, Sarney, em audiência a deputados, revelou sua disposição de negociar com a Constituinte um presidencialismo no qual o Congresso possa, entre outras atribuições, demitir ministros, aumentar receitas e nomear a diretoria do Banco Central.

Durante uma reunião de quatro horas, na residência do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), amigo pessoal de Sarney e integrante do grupo de Ulysses, vinte e três representantes do grupo parlamentaristas, depois de discutirem todas as fórmulas de sistema de governo, se fixaram na emenda de Nelson Carneiro, como referência para as futuras negociações. Eles querem unificar todas as propostas parlamentaristas.

Grande acordo — São estas as decisões mais importantes tomadas pelo grupo: a definição do sistema de governo tem que resultar de um grande acordo nacional, principalmente entre a Constituinte e o presidente Sarney; nesse sentido, uma comissão, integrada pelos senadores Afonso Arinos e José Richa e, ainda, pelo deputado Cid Carvalho, deverá, a partir da próxima semana, iniciar os entendimentos com Sarney.

A comissão vai tentar convencê-lo da sua grande oportunidade histórica de ser o responsável pela implantação do parlamentarismo no Brasil. Dirá também que nada será feito contra ele, mas com a sua participação. A negociação com Sarney se dará basicamente em torno das disposições transitórias. O grupo decidiu também não pleitear o transplante a curto prazo o sistema para os estados. Estimam-se que dentro de dez a vinte anos o parlamentarismo pode ser levado aos estados. Decidiu também concentrar esforços para a profissionalização da máquina administrativa, a fim de que ela não fique vulnerável à queda de gabinetes. Outras decisões:

□ Inserir na Constituição dispositivo que impeça a mudança de governo nos próximos dez anos, para que o parlamentarismo possa ser consolidado.

□ Criar uma comissão para redigir o texto final de uma proposta de consenso. Dela devem participar, entre outros, os senadores Nelson Carneiro, José Fogaça e Fernando Henrique Cardoso e os deputados Nelson Jobim e Egídio Ferreira Lima.

□ Criar uma comissão para estabelecer contatos com a imprensa, para esclarecer eventuais distorções da proposta parlamentarista. Foi dito na reunião que a

A emenda reforça os poderes do Congresso, segundo o líder do governo. Suas prerrogativas tradicionais são recuperadas e, além disso, ele passa a ter poder para apresentar moção de censura aos ministros civis do governo. Os únicos excluídos da moção e censura são os ministros militares e o chefe do gabinete civil. A moção de censura só vale se aprovada por maioria absoluta.

Ainda assim, o presidente tem poder de vetá-la. A emenda propõe também a criação de uma comissão permanente mista (Câmara e Senado) para fiscalizar a execução financeira, orçamentária e dos programas do governo. Essa comissão coordenaria os trabalhos das atuais comissões técnicas da Câmara e do Senado. Para isso, a emenda sugere um novo estatuto do Congresso, que substituiria os regimentos das duas casas.

Defesa — Ainda pela proposta, os ministros têm direito de comparecer quando quiserem (e obrigatoriamente, quando convocados) à Câmara ou Senado e participar, com direito a palavra, das sessões referentes aos assuntos de sua pasta. O Congresso adquire o poder de emendar os decretos-leis expedidos pelo governo. Finalmente a emenda cria o Conselho de Defesa Nacional.

Este conselho, formado pelo presidente e pelos presidentes da Câmara, Senado e possivelmente do Supremo Tribunal Federal (este ponto ainda não estava definido até ontem), além de todos os ministros, se pronunciará sobre a intervenção federal nos estados e decretação do estado de sítio e estado de defesa.

imprensa está em campanha contra essa forma de governo.

Anúncio — Após a reunião, o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), que hoje preside em Florianópolis a reunião dos governadores da região Centro-Sul, as decisões do encontro. O líder criticou, na conversa com Pedro Ivo, a proposta de plebiscito, feita por alguns governadores. Lembrou que os próprios governadores trabalharam para que o mandato e o sistema de governo não fossem discutidos na última convenção do PMDB e sim transferidos para a Constituinte e, agora, querem tirar dela esse direito, devolvendo-o ao povo que a eleger. O governador Pedro Ivo assegurou a Luiz Henrique que o plebiscito não será aprovado pelos governadores.

Da reunião na casa de Cid Carvalho participaram o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos e deputado Bernardo Cabral; os senadores José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Marcondes Gadelha e José Fogaça; os deputados Egídio Ferreira Lima, Artur da Távola, Sandra Cavalcanti, Fernando Santana, Osvaldo Lima Filho, Nelson Jobim, Saulo Queiroz, Joaquim Bevilacqua, Victor Faccioni, José Eymael, Bonifácio Andrade, Luiz Henrique, Israel Pinheiro Filho, Konder Reis e Humberto Souto.

Concessão — O presidente José Sarney disse ao deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) e repetiu ao secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, que está disposto a conceder novas atribuições ao Congresso. Justificou o fato de ter sido, num passado ainda recente, um dos maiores defensores do parlamentarismo, afirmando que, naquela época, desconhecia riscos que, agora, sua condição de presidente permite avaliar. Afirmou que, se o parlamentarismo for implantado no seu governo, a partir de março do próximo ano, o país mergulhará numa crise sem precedentes. Sarney revelou que a proposta de presidencialismo que defende é baseada nos seguintes pontos:

O Congresso terá controle sobre o orçamento, nos moldes fixados pela Constituição de 1946; também poderá aumentar receitas, desde que indique a fonte; o decreto-lei será usado em casos excepcionais, podendo o Congresso emendá-lo; os ministros de Estado, exceto os militares, poderão ser destituídos pelo voto de confiança do Congresso; o voto não poderá ser, porém, coletivo, ou seja, para todo o ministério e sim individual; será extinto o mecanismo do decurso de prazo; toda a diretoria do Banco Central será indicada com o aval do Congresso.

Sarney lamentou aos deputados o fato de todos os líderes do PMDB estarem defendendo o parlamentarismo.



□ Marcado para as 16h na Praça da Rodoviária, centro de Belo Horizonte, o comício pelas eleições diretas para presidente da República em 88 começou com uma hora e meia de atraso e 300 espectadores — menos da metade dos eleitores (686) do Colégio Eleitoral da eleição indireta de Tancredo Neves em 1984. Só às 19h40m, quando o público era de duas mil pessoas, é que chegaram os políticos mais esperados, o senador Mário Covas (PMDB-SP), os deputados Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) e Fernando Lyra (PMDB-PE), e Fernando Gabeira. O maior defensor das diretas em 88, Leonel Brizola, não compareceu. Em Recife, o governador Miguel Arraes justificou sua ausência do comício: "Não é hora de subir em palanques. É preciso esperar a nova Constituição para se definir o futuro do país".

Emenda de Nelson preserva presidente

A emenda parlamentarista do senador Nelson Carneiro prevê que o presidente da República "é o chefe de Estado e o comandante supremo das Forças Armadas, cabendo-lhe garantir a unidade, a independência, a defesa nacional e, por sua arbitragem, o pleno exercício das instituições democráticas". Seria da competência do presidente nomear e exonerar o primeiro-ministro e, por proposta deste, os ministros de Estado.

Caberia também ao presidente, após aprovação pelo Senado Federal, a nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Superiores, os governadores dos Territórios, o procurador-geral da República e o presidente e diretores do Banco Central.

A dissolução da Câmara dos Deputados, depois de ouvido o Conselho da República e nos casos previstos na Constituição, seria outra das prerrogativas do presidente. Integrariam o Conselho da República o próprio presidente, os presidentes da Câmara e do Senado, o primeiro-ministro e os líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado, o ministro da Justiça e seis cidadãos, maiores de 35 anos, dois dos quais nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado e dois pela Câmara.

Poderia ainda o presidente da República vetar total ou parcialmente projeto de lei e celebrar tratados, convenções e atos internacionais, com o referendo do Congresso Nacional.

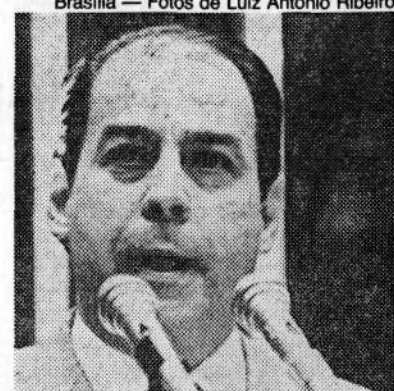
Também poderia o presidente, com prévia autorização do Conselho da República, exonerar o primeiro-ministro, comunicando, de imediato, em mensagem ao Congresso as razões de sua decisão, ato que seria acompanhado pela nomeação do novo titular. A nomeação do primeiro-ministro se dará após consulta ao partido, ou coligação.

Na proposta de Nelson Carneiro, em dez dias, contados da nomeação, o primeiro ministro e os demais integrantes do Conselho de Ministros devem apresentar à Câmara dos Deputados seu programa de governo. O primeiro-ministro seria nomeado entre os integrantes do Congresso e, em caso de seu impedimento, caberia a ele indicar dentre os membros do Conselho de Ministros seu substituto.

reta de Tancredo Neves em 1984. Só às 19h40m, quando o público era de duas mil pessoas, é que chegaram os políticos mais esperados, o senador Mário Covas (PMDB-SP), os deputados Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) e Fernando Lyra (PMDB-PE), e Fernando Gabeira. O maior defensor das diretas em 88, Leonel Brizola, não compareceu. Em Recife, o governador Miguel Arraes justificou sua ausência do comício: "Não é hora de subir em palanques. É preciso esperar a nova Constituição para se definir o futuro do país".



José Francisco da Silva



Flávio Teles de Menezes

Contag aceita capitalismo

Um confronto entre a reforma agrária pretendida pela Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — e a defendida pela UDR — União Democrática Ruralista — ocorreu no plenário da Comissão de Sistematização quando o senador Afonso Arinos chamou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) para debater com o presidente da Contag, José Francisco da Silva. José Francisco defendia uma emenda popular sobre o assunto. Depois que três emendas sobre reforma agrária foram defendidas, a conclusão foi a de que a negociação é possível porque pelo menos em dois pontos existe convergência de idéias: a reforma agrária no Brasil deve seguir o modelo capitalista e há necessidade de um plano específico de política agrícola.

Santuário — José Francisco pediu uma reforma agrária com a desapropriação de terra improdutiva, a fixação de limite de propriedade e a imissão imediata na posse. Após a defesa dessas idéias, o senador Afonso Arinos pediu ao deputado Roberto Cardoso Alves que desse sua opinião. Cardoso Alves foi ao microfone, sendo vaiado pelas galerias, ocupadas por trabalhadores sem-terra, quando disse que terra produtiva era "intocável".

Afonso Arinos explicou que convocara proposadamente o deputado para fazer o debate porque ele representa "a ala conservadora da Constituinte" e declarou-se satisfeito por constatar que havia condições para negociação. "A vida no campo está tornando impossível a vida

na cidade", disse. "Se nós não tivermos entendimento, não faremos a Constituição, e nós temos que fazer a Constituição".

Desigualdade — O defensor da emenda popular sobre reforma agrária que não aceita desapropriação de terra produtiva, não prevê imissão imediata na posse e também não fixa limite de propriedade foi o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, que defendeu a reforma no campo como prioridade, através de uma política agrícola, porque, a seu ver, o campo vem tendo tratamento desigual em relação a outros setores da economia. "A questão do campo não é só a relação de propriedade", declarou, e pediu a preservação da propriedade produtiva: "Nem a direita nem a esquerda podem esquecer o campo nessa Constituinte".

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) perguntou a Flávio Teles se uma propriedade com mais de mil hectares, com 70% de sua área ociosa durante vários anos, poderia ser desapropriada, com o proprietário indenizado pelo valor comercial e à vista. Teles disse que uma propriedade nessas condições "pode ser desapropriada e a indenização deve ser através de títulos agrícolas pelo valor de mercado".

Nos seus pronunciamentos, tanto o presidente da Contag, José Francisco, quanto o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles, defenderam que o Brasil deve ter uma reforma agrária pelo sistema capitalista.

Brossard critica idéia do plebiscito

Porto Alegre — "Eu votei em meus candidatos para serem eleitos e fazerem as leis." Com essa frase, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, criticou a idéia do plebiscito para decidir se o sistema de governo será presidencialista ou parlamentarista. "Por que não se fez plebiscito para saber se o Brasil queria o regime republicano no século passado?", ironizou.

Brossard, que participou da inauguração da X Exposição Internacional de Animais, em Esteio, junto com o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, disse que o projeto de constituição do deputado Bernardo Cabral "está longe de ser o ideal", mas ainda há tempo para corrigir os erros.

Em Salvador, o governador da Bahia, Waldir Pires, se declarou contra a realização de plebiscito, seja para julgar a nova Constituição como um todo, seja para decidir sobre alguns de seus itens. "E se o povo recusa a nova Carta, qual a que ficará em vigor? A da Junta Militar?"

Waldir Pires acha que a rejeição da Constituição poria em dúvida a legitimidade dos atuais constituintes, e eles não teriam condições de elaborar outra. Uma nova Constituinte precisaria ser convocada, "retardando muito a ruptura com o período autoritário".

Também em Salvador, o senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos mais ardorosos defensores do parlamentarismo na Constituinte, acusou o presidente José Sarney de estar se conduzindo mais como chefe político do que como estadista, em relação aos temas mais polêmicos em pauta, como é o caso do sistema de governo.

"Fico entristecido e me sinto até diminuído", acrescentou o parlamentarista, "quando vejo o presidente Sarney objetando o advento do parlamentarismo. E isso logo agora, quando temos notícia de que o presidente Raúl Alfonsín está enviando ao congresso nacional argentino, no próximo dia 7, uma proposta de emenda à Constituição, implantando o parlamentarismo".

Planalto pressiona governador

O presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães e o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, deram telefonemas a vários dos governadores do Centro-Sul, que se reúnem hoje em Florianópolis, pedindo-lhes que desistam de reforçar a proposta de submeter a plebiscito, após a promulgação da Constituição, a opção pelo sistema — parlamentarista ou presidencialista — de governo.

Essa idéia é do governador Moreira Franco e foi transformada por Sarney em proposta de submeter o texto inteiro da nova Carta a referendo popular. O presidente teme a aceitação da proposta de Moreira porque prevê que ela abre caminho para que se submeta a plebiscito, também, a duração de seu mandato — e prevê que, nas condições atuais do país, ganhe a proposta de quatro anos.

Endividamento — Em Florianópolis, informou-se que a questão tributária e o endividamento dos estados, a descentralização e a desconcentração do poder, além da abordagem política sobre o sistema de governo, são os pontos que nortearão o encontro de nove governadores — Pedro Simon (RS), Pedro Ivo (SC), Álvaro Dias (PR), Orestes Quéricia (SP), Moreira Franco (RJ), Nelson Cardoso (MG), Max Mauro (ES), Marcelo Miranda (MS), — e do vice-governador de Goiás, Edson Freitas.

O chefe da Casa Civil do governo de Satna Catarina, Saulo Vieira, comentou que o governador do Acre, Flaviano Mello, se ofereceu para participar da reunião, mas, "como não se voltou a ter contato", não insistiu.

Elogio a Leônidas é ironizado

Ironia, concordâncias inesperadas e um desconhecimento difícil de se imaginar. Estas foram as reações, no Congresso, de parlamentares e visitantes, aos elogios do presidente José Sarney ao ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, na terça-feira, em Piquete (SP). "Achei ótimo", exultou Roberto Cardoso Alves (SP), da ala direita do PMDB, plenamente apoiado por José Lourenço, líder do PFL. "Não li", respondeu o presidente da Fiesp, Mário Amato: "Não sei de nada", escusou-se o presidente da UDR, Ronaldo Caiado. "Ele falou sem quepe?", ironizou José Genóino (PT-SP).

Como reservista de terceira categoria, não posso me insurgir contra um

general e o chefe supremo das Forças Armadas", disse Paulo Macarini (SC), um dos vice-líderes de Mário Covas. Lúcio Ancântara (CE), da ala moderna do PFL, conhecida como PFL do B colocou-se em posição de sentido e afirmou: "Eles querem dizer com isto que estão entendidos". Almoçando no Senado, outro vice-líder de Mário Covas, o deputado Miro Teixeira (RJ), também brincou: "Desculpe, mas não falo sobre situações que ocorrem entre militares".

O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), saiu-se com um inesperado pronunciamento: "Achei natural, ninguém mega a importância das forças Armadas, que merecem até elogios. Apenas não queremos que a nação se submeta a elas".

Maciel condena presidencialismo

Em documento entregue ao presidente Sarney e a Ulysses Guimarães, o senador Marco Maciel diz por que considera o parlamentarismo inadequado ao país. "Se o presidencialismo pode favorecer a ditadura do Executivo, o parlamentarismo pode também propiciar a ditadura do Legislativo", adverte Maciel, no mais veemente libelo antiparlamentarista produzido no Congresso. Ele diz que, para o eleitorado exercer seu juízo sobre as dissensões entre os dois poderes, "basta encurtar os mandatos parlamentares, como nos Estados Unidos, onde existe presidencialismo há quase dois séculos".